



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO COM VISTA À CELEBRAÇÃO DE PARCERIA

Processo nº 5.749/2023

Organização da Sociedade Civil: Associação dos Deficientes Visuais de Taubaté e Vale do Paraíba

CNPJ: 04.386.224/0001-34

Emendas Parlamentares nº 235.9 / 239.17 / 246.42 / 250.18 no valor total de **R\$35.000,00** (trinta e cinco mil reais)

Trata-se de procedimento que tem por objeto a *Inexigibilidade de Chamamento Público*, com vista à celebração de parceria, a ser executada em regime de mútua cooperação, entre o município de Taubaté, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social – SEDIS e a Organização da Sociedade Civil **Associação dos Deficientes Visuais de Taubaté e Vale do Paraíba**, regularmente constituída, de natureza jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, previamente inscrita no **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDEF**.

I – DO OBJETO:

A parceria destina-se ao custeio das atividades desenvolvidas pela Organização da Sociedade Civil, em atendimento às pessoas com deficiência visual de todas as faixas etárias.

O fundamento principal que reza a presente iniciativa é o art. 29 e art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/14, alterada pela Lei nº 13.204/2015, conforme transcrição a seguir:

Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei. (Grifo nosso)

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

Neste sentido a legislação facultou a administração pública a dispensar a realização de chamamento público, tendo em vista as premissas presentes nos artigos 29 e 31 da Lei Federal nº13.019/14, alterada pela Lei nº 13.204/2015, que justificam tal procedimento.

II – JUSTIFICATIVA

Considerando que a Constituição Federal instituiu a Emenda Parlamentar como um instrumento pelo qual o poder legislativo participa da elaboração do orçamento anual, visando uma melhor alocação dos recursos públicos (art. 166, § 09 da Constituição Federal);

Considerando a publicação da **LOA (Lei Orçamentária Anual) nº 5.801/2022** e das Emendas Impositivas referentes ao exercício de 2023.

Considerando a **Lei Municipal nº5.647, de 19 de julho de 2021, art 29, § 2º**, incisos I e II que definem que a emenda indicará expressamente a entidade beneficiária, e ficará dispensada de chamamento público a beneficiária com expressa indicação em lei:



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

Art.29 Em atendimento ao § 14 do art.166 da Constituição Federal, com o fim de viabilizar a execução das programações incluídas por emendas individuais de execução obrigatória, serão observados os seguintes procedimentos e prazos:

§ 2º As emendas individuais apresentadas ao projeto de lei orçamentária poderão alocar recursos para organizações da sociedade civil, na seguinte conformidade:

- I – a emenda indicará, expressamente, a entidade beneficiária;*
- II – ficará dispensada de chamamento público a beneficiária com expressa indicação em lei, nos termos do art 29 da Lei Federal nº13.019, de 31 de julho de 2014, devendo, contudo, atender aos demais requisitos, prazos e parâmetros previstos no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil para a celebração dos termos de colaboração e fomento e acordo de cooperação.*

Considerando que esta *Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social – SEDIS* - recebeu as indicações das Emendas Parlamentares **nº 235.9 / 239.17 / 246.42 / 250.18** no valor total de **R\$35.000,00** (trinta e cinco mil reais) nos termos e para os efeitos contidos na **Lei nº5.801/2022** (Lei Orçamentária Anual), a saber:

Emendas	Descrição	FUNDO	Valor
235.9	ADV -Vale para custeio de suas atividades	FUMPED	R\$ 35.000,00
239.17			
246.42			
250.18			

Considerando o *Ofício nº002/ATSUAS/DTSUAS/SEDIS/2023* de 23 de janeiro de 2023 no qual a *Área Técnica do SUAS/SEDIS* comunica ao **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, conforme as leis mencionadas acima, o direcionamento da Emendas Individuais para o **Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência – FUMPED** –, e solicita a este colegiado informações quanto ao regular registro das Organizações da Sociedade Civil que receberam o direcionamento das



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

respectivas Emendas.

Considerando a devolutiva do **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência** via Ofício nº 02/2023 – COMDEF de 02 de fevereiro de 2023, no qual informam a situação cadastral das Organizações da Sociedade Civil, dentre elas a **Associação dos Deficientes Visuais de Taubaté e Vale do Paraíba**, que está apta perante este Conselho a receber recursos públicos.

Considerando que será designado gestor responsável pelas parcerias *firmadas entre a Administração Pública Municipal e Organizações da Sociedade Civil sob financiamento do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência – FUMPED*.

Deste modo, considerando que a OSC apresentou Plano de Trabalho com justificativa satisfatória para a utilização do recurso da emenda bem como as documentações apostas pela *Organização da Sociedade Civil* que evidencia experiência prévia na realização do serviço, e demonstra condições para desenvolver as atividades e alcançar as metas estabelecidas, justificamos a Inexigibilidade de Chamamento Público.

A dotação orçamentária da qual correrá a despesa 4837, dotação orçamentária 25.08.4005.2146.08.242.335043 – Fonte 08 – Cod. Aplicação 5000008 - no valor total de **R\$35.000,00 (trinta cinco mil reais)**.

Kátia de Oliveira
Assistente Social/CRESS 40.234
Área Técnica do SUAS

Danielly Jacob Carlos Torres
Gestor de Área Técnica do SUAS

Isabel Cristina Pastorelli Teixeira
Diretora do Departamento Técnico de Administração do SUAS

Gabriel Pinelli Ferraz
Secretário de Desenvolvimento e Inclusão Social